

Título:	EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE: LINHAS DE AÇÃO E DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL		
Autores:	Lorenzo Schmidt Cardoso Vitor Petry Thiele Gustavo Mazzochi Gustavo Conrad Drews Pedro Colomé Camila Funck Cacieli Possatti Camilo Darsie de Souza		
Área	<input type="checkbox"/> Humanas <input type="checkbox"/> Sociais Aplicadas <input checked="" type="checkbox"/> Biológicas e da Saúde <input type="checkbox"/> Exatas, da Terra e Engenharias	Dimensão:	<input checked="" type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Extensão <input type="checkbox"/> Inovação
<p>Resumo:</p> <p>Introdução: A Educação Interprofissional em Saúde (EIP) foi proposta pelo Ministério da Saúde, que pressupõem que profissionais de duas ou mais ocupações da área da saúde compartilhem conhecimento, experiências e colaborem entre si com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços de atenção à saúde. No mês de fevereiro de 2017 a OPAS em Washington recebeu a preliminar elaborada pela DEGES/SGTES/MS, após reformulações se fez presente 10 ações, organizado em 5 linhas de ação. Entretanto, nota-se que a implementação do projeto está prejudicada devido aos desafios de desenvolvimento e formação do profissional de saúde no território brasileiro. Objetivos: Objetiva-se analisar os resultados de cada linha de ação do EIP, com propósito de ressaltar parâmetros positivos e negativos. Soma-se, também, o foco de estabelecer os desafios para a implementação da prática no Brasil. Metodologia: Revisão narrativa da literatura, mediante busca nas bases de dados SciELO e LILACS, utilizando os descritores "Educação Interprofissional", "Educação Médica" e "Saúde Pública", manejados através do operador booleano AND. Foram incluídos estudos publicados entre 2020 e 2025, na língua portuguesa, com texto completo disponível. Foram excluídos os estudos que não se enquadraram no escopo da pesquisa. Resultados: Com base nos critérios estabelecidos, 3 artigos, dos 44 encontrados, foram selecionados. A Linha de Ação 1 busca articular políticas públicas, diretrizes curriculares e práticas pedagógicas que incentivem o trabalho colaborativo entre diferentes áreas da saúde, aproximando ensino e serviço. A Linha de Ação 2 tem como objetivo realizar um mapeamento das universidades do país que apresentam iniciativas em EIP, como se configuram, quais as competências necessárias para o desenvolvimento docente e fortalecimento dessas iniciativas. A linha de ação 3 é dedicada ao desenvolvimento docente para a EPI e, nesse eixo, o Ministério da Saúde promoveu a criação do Curso de Atualização em Desenvolvimento Docente para a EIP, voltado para professores, gestores e preceptores dos cursos de graduação em saúde, com foco no avanço da qualificação docente, a ampliação da compreensão sobre práticas colaborativas e o fortalecimento de iniciativas interprofissionais no ensino superior. A Linha 4 baseia-se na ideia de assegurar</p>			



que a EIP seja impulsionada academicamente, por meio da promoção de eventos, publicações, pesquisas, e redes de formação, com enfoque em construir e difundir evidências, práticas e abordagens interprofissionais. A Linha de Ação 5 visa identificar e valorizar experiências interprofissionais no SUS, em programas como VER-SUS, PET-Saúde, NASF e CAPS, com o apoio de projetos e seminários nacionais. Entre os principais entraves da implementação da EIP no Brasil, destacam-se a fragmentação curricular, que mantém o predomínio da formação uniprofissional e dificulta a inserção de atividades interprofissionais nas diretrizes curriculares; a resistência institucional e cultural, expressa em modelos hierárquicos e na baixa valorização da colaboração entre diferentes áreas; e a insuficiente formação docente, marcada pela escassez de preparo pedagógico e de domínio em metodologias ativas voltadas à prática colaborativa. **Conclusão:** A EIP constitui uma iniciativa de extrema importância para a promoção da qualidade da saúde no país. Sua consolidação demanda o enfrentamento de barreiras estruturais, pedagógicas e culturais, por meio da integração efetiva entre ensino e serviço, do fortalecimento das políticas públicas e da qualificação docente, de modo a promover a formação colaborativa e assegurar práticas de saúde mais resolutivas, integrais e alinhadas às necessidades do SUS.

Link do Vídeo:

https://drive.google.com/file/d/1n-ls_Xkcu4IMhF7ha0OOJf3xjjUpslEf/view?usp=sharing